



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

10.412

Presidente da Mesa Diretora: Martins Lima Filho

Espécie: Projeto de Lei

Categoria: Servidores – Prefeitura Municipal de Montes Claros

Autoria: Executivo Municipal

Data: 20/06/2023

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 14/2023. Dispõe sobre a criação do cargo de Terapeuta Integrativo e Complementar, que irá atuar em atendimento à Política Nacional de Práticas Interativas e Complementares do SUS, e dá outras providências. (Referente à Lei Complementar nº 111, de 05/07/2023).

Controle Interno – Caixa: 23.1 **Posição:** 40 **Número de folhas:** 14

Espécie: PL

Categoria: Servidores da Prefeitura

Cl: 23.4

Ordem: 40

nº fls: 22



nº 82/2023

04.07.2023

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 14/2023

AUTOR:

Executivo Municipal

ASSUNTO:

Dispõe sobre a Criação do Cargo de Terapeuta Integrativo e Complementar, que irá Atuar em Atendimento à Política Nacional de Práticas Interativas e Complementares do SUS e dá Outras Providências.

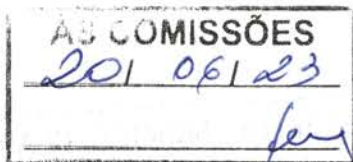
MOVIMENTO

- 1 -
- 2 -
- 3 - **Entrada dia - 20/06/2023**
- 4 - **Comissão de Legislação e Justiça.**
- 5 - **Comissão de Finanças Orçamento Tomada de Contas**
- 6 - **Comissão de Saúde**
- 7 - **Aprovado em Regime de Urgência - 04/07/2023**
- 8 -
- 9 -
- 10 -



Município de Montes Claros – MG
Procuradoria-Geral

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 14, DE 19 DE JUNHO DE 2023.



DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CARGO DE TERAPEUTA INTEGRATIVO E COMPLEMENTAR, QUE IRÁ ATUAR EM ATENDIMENTO À POLÍTICA NACIONAL DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES DO SUS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Os Cidadãos do Município de Montes Claros/MG, por seus legítimos representantes na Câmara Municipal, aprovaram e o Prefeito Municipal, em seu nome e no uso de suas atribuições, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam criados 30 (trinta) cargos de Terapeuta Integrativo e Complementar, de natureza temporária, que atuarão em atendimento à Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares - PNPIC e serão inseridos no Grupo 03, de Nível Médio de Escolaridade – NM – Técnico – G3, com carga horária mínima de 30 (trinta) horas semanais.

Parágrafo Único. Os cargos criados pela presente Lei Complementar permanecerão na estrutura administrativa do Município apenas durante a vigência da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares - PNPIC.

Art. 2º. As especificações do cargo e atribuições são descritas no Anexo Único desta Lei.

Art. 3º. As despesas decorrentes desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Montes Claros (MG), 19 de junho de 2023.



Assinado de forma digital por
HUMBERTO GUIMARAES
SOUTO:06589235600
Dados: 2023.06.19 18:31:01 -03'00'

Humberto Guimarães Souto
Prefeito de Montes Claros

Otávio Batista Rocha Machado
Procurador-Geral



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº _____ DE 20 DE JUNHO DE 2023

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO

EM 20 DE ABRIL DE 2023

Peri
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

A COMISSÃO DE FINANÇAS ORÇAMENTO E CONTABILIDADE

EM 20 DE ABRIL DE 2023

Peri
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

A COMISSÃO DE SAÚDE

EM 20 DE ABRIL DE 2023

Peri
PRESIDENTE

Município de Montes Claros
Poder Executivo

Montes Claros - MG
Poder Executivo



Município de Montes Claros – MG
Procuradoria-Geral

LEI COMPLEMENTAR Nº , DE DE JUNHO DE 2023.
ANEXO ÚNICO

CARGO: TERAPEUTA INTEGRATIVO E COMPLEMENTAR

CARGA HORÁRIA: 30 horas semanais

REQUISITOS MÍNIMOS EXIGIDOS:

1. Profissional: Possuir formação técnica ou superior, com registro em órgão de classe de qualquer profissão da área da saúde e ser detentor de qualificação para atuar com terapia integrativa complementar em saúde reconhecida pelo Ministério da Saúde, sendo dispensável o registro em órgão de classe nos casos de qualificação em terapia integrativa não invasiva;
2. Aptidão de saúde física e mental atestada por profissional médico para o pleno exercício da função.

ATRIBUIÇÕES:

- Atividades de planejamento, coordenação, orientação e execução de práticas integrativas e complementares em saúde, relativas à proteção, promoção e prevenção do indivíduo e da coletividade em todos os contextos e níveis da saúde, no âmbito de sua competência profissional;
- Promover tratamento em práticas integrativas e complementares em saúde previstas na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde – PNPICS – para proteção, promoção e prevenção à saúde dos indivíduos e da coletividade;
- Elaborar a programação terapêutica integrativa e complementar em saúde, com base nas informações e condições peculiares dos grupos e do indivíduo;
- Eleger, indicar, utilizar e acompanhar o uso de métodos, técnicas e recursos relacionados às terapias integrativas e complementares em saúde, de forma a melhorar a saúde do indivíduo, possibilitando-lhe mais autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social;
- Exercer a ocupação com exata compreensão de sua responsabilidade perante a sociedade, sem preocupação de ordem política, religiosa, racial ou social;
- Contribuir com os processos de promoção de vida e saúde, por meio de grupos terapêuticos;
- Atuar no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde nas Academias de Saúde, parques e praças públicas, Estratégias de Saúde da Família e estabelecimentos públicos;
- Participar do planejamento das ações de terapias integrativas e complementares em saúde no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde;
- Orientar o indivíduo, os familiares e a comunidade quanto às condutas em práticas integrativas e complementares em saúde a serem observadas para a aceitação e inserção do paciente, em igualdade de condições com as demais pessoas nos espaços em que as práticas serão desenvolvidas;
- Zelar pelo perfeito funcionamento e pela preservação, guarda e controle de toda a aparelhagem e instrumental de uso na sua especialidade;
- Guardar absoluto segredo e sigilo por todo e qualquer material interpretativo proveniente da sessão em grupo ou individual, bem como qualquer confidência que tenha sido depositada em sua confiança;
- Executar quaisquer outros encargos, pertinentes à categoria funcional, que tenham sido estabelecidos, por legislação, como a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde – PNPICS;
- Alimentar os sistemas de informações local, estadual e federal pertinentes à atuação profissional em meios físicos e digitais;
- Participar da elaboração de indicadores de saúde e Práticas Integrativas e Complementares em Saúde;
- Participar de atividades de ensino e pesquisa de projetos e programas relacionados à prática profissional;
- Atender às normas de segurança e higiene do trabalho.

CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES – CBO: 226
SÍMBOLO DE VENCIMENTO: CTV – 05P - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



Município de Montes Claros-MG
PROCURADORIA-GERAL

Montes Claros (MG), 19 de junho de 2023

Exmo. Sr.

Vereador Martins Lima Filho

DD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros

Ofício nº GP-_____/2023

Assunto: encaminhamento de projeto de lei

Senhor Presidente,

Com o presente, encaminhamos a Vossa Excelência, para apreciação da douta Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei Complementar, que **“DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CARGO DE TERAPEUTA INTEGRATIVO E COMPLEMENTAR, QUE IRÁ ATUAR EM ATENDIMENTO À POLÍTICA NACIONAL DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES DO SUS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

O presente Projeto de Lei Complementar dispõe sobre a criação de 30 (trinta) cargos de Terapeuta Integrativo e Complementar, de natureza temporária, que atuarão em atendimento à Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares - PNPIC, bem como no desenvolvimento do Programa Municipal “Saúde aos Montes”.

O aludido programa municipal tem como um de seus objetivos a ampliação das Práticas Integrativas em Saúde, com objetivo de propiciar hábitos de vida saudável, através de ações de prevenção, promoção e recuperação/reabilitação, para potencializar a saúde individual e coletiva, diminuindo, portanto, a vulnerabilidade e os riscos à saúde, bem como reduzir as complicações provocadas pelas Doenças Crônicas Não Transmissíveis – DCNT.

Contando com a compreensão e o elevado espírito público de Vossa Excelência e dos demais Excelentíssimos integrantes dessa Casa Legislativa, reiteramos os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,



Assinado de forma digital por
HUMBERTO GUIMARAES
SOUTO:06589235600
Dados: 2023.06.19 18:31:38
-03'00'

HUMBERTO GUIMARÃES SOUTO
Prefeito de Montes Claros



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão
Secretaria Municipal de Saúde

**RELATÓRIO DE IMPACTO
FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO
PARA CRIAÇÃO DO CARGO DE
TERAPEUTA INTEGRATIVO.**

O Relatório de impacto constitui na possibilidade de criação do cargo de Terapeuta Integrativo, que terá como objetivo atender as demandas do PROJETO SAÚDE AOS MONTES, que proporcionará à população de Montes Claros uma cultura de vida saudável, ampliando e potencializando ações de promoção da saúde, prevenção, recuperação e reabilitação.

A iniciativa inclui atividades físicas, práticas integrativas/complementares e acompanhamento integral, além do serviço de ambulatório de especialidades médicas.

Os profissionais ocupantes dos cargos de Terapeuta Integrativo prestarão atendimento à população montesclarenses em 22 polos, distribuídos por todas as regiões da cidade, em locais como praças, parques e quadras, com atividades complementares em saúde tais como Acupuntura, Apiterapia, Aromaterapia, Biodança, Fitoterapia, Homeopatia, Quiropraxia, Reiki, Yoga entre outras Práticas Integrativas Complementares em Saúde (PICS).

Assim, para atendimento à população se faz necessário apresentar à Nobre Casa Legislativa projeto de Lei para que seja discutido e aprovado a criação de 30 (trinta) cargos de Terapeuta Integrativo, com impacto mensal de aproximadamente R\$ 71.724,00 (setenta e um mil, setecentos e vinte quatro reais), conforme se verifica na planilha abaixo, sendo os valores custeados por verbas do fortalecimento da rede pública de saúde.

Total de cargos Terapeuta Integrativo	Vencimento Base	Aliquota Patronal	Impacto por cargo	Impacto mensal
30	R\$ 1.992,33	20%	R\$2.390,80	R\$71.724,00

Por fim, destacamos que este acréscimo manterá as despesas com pessoal abaixo dos limites constitucionais impostos aos Entes Públicos, sendo ainda respeitado o orçamento aprovado pela Câmara dos Vereadores para o ano de 2023.

Município de Montes Claros, 23 de maio de 2023.



CELESTE LEITE FROES

Secretária Municipal de Planejamento e Gestão



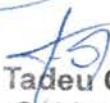
Elizete de Jesus Alves

Diretora de Planejamento e Orçamento – SEPLAG



Shirley Ferreira de Sousa

Diretora Administrativa Financeira – SMS



Fábio Tadeu Correia

Assessor de Gabinete - SEPLAG



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 14/2023 QUE “Dispõe sobre a criação do cargo de Terapeuta Integrativo e Complementar, que irá atuar em atendimento à Política Nacional de Práticas Interativas e Complementares do SUS e dá Outras Providências” de autoria do Prefeito Municipal.

Projeto de Lei Complementar enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade e legalidade.

O projeto em questão tem como objetivo a criação de cargos junto à estrutura do Poder Executivo Municipal.

A iniciativa de Leis que versem sobre os servidores públicos municipais, bem como, a que trata da estrutura do Poder Executivo é do Prefeito Municipal.

O projeto veio acompanhado do impacto financeiro que demonstra a capacidade do Município em arcar com os custos estimados das alterações pretendidas.

Não se vislumbra nenhuma ilegalidade e/ou inconstitucionalidade no referido projeto ou mesmo no seu objetivo.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional, legal e atende à técnica de redação.

Há que se ressaltar que a opinião jurídica não tem força vinculante, podendo seus fundamentos serem utilizados ou não pelos membros desta Casa.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 21 de junho de 2023.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OABMG/78.605



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS – MG
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 14/2023

AUTOR: Executivo Municipal

MATÉRIA: Dispõe sobre a criação do Cargo de Terapeuta Integrativo e Complementar, que irá atuar em atendimento à Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares do SUS e dá outras providências.

I- RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 20/06/2023, com entrada na Sala das Comissões no dia 21/06/2023.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

II – FUNDAMENTAÇÃO

A presente proposição tem por objetivo criar 30 (trinta) cargos de Terapeuta Integrativo e Complementar, de natureza temporária, que atuarão em atendimento à Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares – PNPIC e serão inseridos no Grupo 03, Nível Médio de Escolaridade – NM – Técnico – G3, com carga horária mínima de 30 (trinta) horas semanais.

Destaca-se que os cargos criados pela presente Lei Complementar permanecerão na estrutura administrativa do Município apenas durante a vigência da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares - PNPIC.

As especificações do cargo e atribuições encontram-se descritas no Anexo Único da proposição.

De acordo com o Anexo Único, são requisitos mínimos do cargo: I) Profissional: Possuir formação técnica ou superior, com registro em órgão de classe de qualquer profissão da área da saúde e ser detentor de qualificação para atuar com terapia integrativa complementar em saúde reconhecida pelo Ministério da Saúde, sendo dispensável o registro em órgão de classe nos casos de qualificação em terapia integrativa não invasiva; II). Aptidão de saúde física e mental atestada por profissional médico para o pleno exercício da função.

Estão entre as atribuições do cargo, dentre outras, atividades de planejamento, coordenação, orientação e execução de práticas integrativas e complementares em saúde, relativas à proteção, promoção e prevenção do indivíduo e da coletividade em todos os contextos e níveis



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS – MG
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

da saúde, no âmbito de sua competência profissional; Promover tratamento em práticas integrativas e complementares em saúde previstas na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde – PNPICS – para proteção, promoção e prevenção à saúde dos indivíduos e da coletividade; e Elaborar a programação terapêutica integrativa e complementar em saúde, com base nas informações e condições peculiares dos grupos e do indivíduo.

Verifica-se que foi juntado o impacto financeiro, no qual o Executivo informa que o impacto mensal com a criação dos 30 (trinta) cargos de Terapeuta Integrativo será de aproximadamente R\$ 71.724,00 (setenta e um mil, setecentos e vinte e quatro reais), sendo os valores custeados por verbas do fortalecimento da rede pública de saúde.

Desta forma, observa-se que a matéria trata de assunto de interesse local, de competência exclusiva do Executivo, nos termos do art. 51 da Lei Orgânica Municipal, portanto, não incide em vício de iniciativa e não contraria normas legais ou constitucionais.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido Projeto de Lei Complementar e que o mesmo atende a forma técnica de redação.

Sala das Comissões, 28 de junho de 2023

Presidente: Ver. Aldair Fagundes Brito

Vice_Presidente: Ver. Igor Gustavo Dias

Relator: Ver. Cláudio Rodrigues de Jesus



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS – MG
COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 14/2023

AUTOR: Executivo Municipal

MATÉRIA: Dispõe sobre a criação do Cargo de Terapeuta Integrativo e Complementar, que irá atuar em atendimento à Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares do SUS e dá outras providências.

I- RELATÓRIO

A proposição foi distribuída às Comissões em 20/06/2023, com entrada na Sala das Comissões no dia 21/06/2023.

Após parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, o projeto de lei foi encaminhado à Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, para, nos termos regimentais, manifestar sobre matéria orçamentária e financeira.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O projeto de lei, em comento, tem por objetivo criar 30 (trinta) cargos de Terapeuta Integrativo e Complementar, de natureza temporária, que atuarão em atendimento à Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares – PNPIC e serão inseridos no Grupo 03, Nível Médio de Escolaridade – NM – Técnico – G3, com carga horária mínima de 30 (trinta) horas semanais.

A proposição destaca que os cargos criados permanecerão na estrutura administrativa do Município apenas durante a vigência da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares - PNPIC.

As especificações do cargo e atribuições encontram-se descritas no Anexo Único da proposição.

De acordo com o impacto apresentado pelo Poder Executivo, a criação dos 30 (trinta) cargos de Terapeuta Integrativo terá um custo mensal aproximado de R\$ 71.724,00 (setenta e um mil, setecentos e vinte e quatro reais) aos cofres do município, considerando o vencimento base de R\$ 1.992,33 (um mil e novecentos e noventa e dois reais e trinta e três centavos) por cargo, mais a alíquota patronal de 20% (vinte por cento), sendo que os valores serão custeados por verbas do fortalecimento da rede pública de saúde.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS – MG
COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS

Por fim, destacou que este acréscimo manterá as despesas com pessoal abaixo dos limites constitucionais impostos aos Entes Públicos, sendo ainda respeitado o orçamento aprovado pela Câmara dos Vereadores para o ano de 2023.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, a Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas é favorável à aprovação da matéria pelo Plenário.

Sala das Comissões, 28 de junho de 2023

Presidente em exercício: Ver. Valdecy Fagundes de Oliveira

Relator: Ver. Aldair Fagundes Brito

Suplente/Presidente: Ver. Edmilson Bispo dos Santos



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS – MG

COMISSÃO DE SAÚDE

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 14/2023

AUTOR: Executivo Municipal

MATÉRIA: Dispõe sobre a criação do Cargo de Terapeuta Integrativo e Complementar, que irá atuar em atendimento à Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares do SUS e dá outras providências.

I – RELATÓRIO

A proposição foi distribuída às Comissões em 20/06/2023, com entrada na Sala das Comissões no dia 21/06/2023.

Após parecer das Comissões Legislação, Justiça e Redação e Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, a proposição foi encaminhada a esta Comissão para, nos termos regimentais, manifestar sobre o mérito da matéria.

II - FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto de Lei cria 30 (trinta) cargos de Terapeuta Integrativo e Complementar, de natureza temporária, que atuarão em atendimento à Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares – PNPIC e serão inseridos no Grupo 03, Nível Médio de Escolaridade – NM – Técnico – G3, com carga horária mínima de 30 (trinta) horas semanais.

A proposição destacou que os cargos criados permanecerão na estrutura administrativa do Município apenas durante a vigência da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares - PNPIC.

Segundo o Ministério da Saúde, a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde (SUS) é um conjunto de normativas e diretrizes que visam incorporar e implementar as práticas integrativas e complementares (PICS) no SUS. A política baseia-se na perspectiva da prevenção de agravos e promoção e recuperação da saúde, com ênfase na atenção primária para o cuidado continuado, humanizado e integral em saúde.

As especificações do cargo e atribuições encontram-se descritas no Anexo Único da proposição.

De acordo com o Anexo Único, são requisitos mínimos do cargo: I) Profissional: Possuir formação técnica ou superior, com registro em órgão de classe de qualquer profissão da área da saúde e ser detentor de qualificação para atuar com terapia integrativa complementar em saúde



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS – MG

COMISSÃO DE SAÚDE

reconhecida pelo Ministério da Saúde, sendo dispensável o registro em órgão de classe nos casos de qualificação em terapia integrativa não invasiva; II) Aptidão de saúde física e mental atestada por profissional médico para o pleno exercício da função.

Estão entre as atribuições do cargo, dentre outras, atividades de planejamento, coordenação, orientação e execução de práticas integrativas e complementares em saúde, relativas à proteção, promoção e prevenção do indivíduo e da coletividade em todos os contextos e níveis da saúde, no âmbito de sua competência profissional; Promover tratamento em práticas integrativas e complementares em saúde previstas na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde – PNPICS – para proteção, promoção e prevenção à saúde dos indivíduos e da coletividade; e Elaborar a programação terapêutica integrativa e complementar em saúde, com base nas informações e condições peculiares dos grupos e do indivíduo.

Nos termos do Relatório de Impacto Financeiro e Orçamentário apresentado pelo Poder Executivo, os profissionais ocupantes dos cargos de Terapeuta Integrativo prestarão atendimento à população montesclarenses em 22 polos, distribuídos por todas as regiões da cidade, em locais como praças, parques e quadras, com atividades complementares em saúde como a Acupuntura, Apiterapia, Aromaterapia, Biodança, Fitoterapia, Homeopatia, Quiropraxia, Reiki, Yoga, entre outras Práticas Integrativas Complementares em Saúde (PICS).

Analisando a proposição, a Comissão de Saúde considera importante a criação dos cargos mencionados, por parte do Executivo, uma vez que proporcionará a população de Montes Claros acesso a ações e serviços da saúde, com o objetivo de prevenção, recuperação e reabilitação dos seus cidadãos.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão é favorável à aprovação da matéria pelo plenário.

Sala das Comissões, 28 de junho de 2023

Presidente Ver. Maria Helena de Quadros Lopes

Vice_Presidente: Ver. Elair Augusto Pimentel Gomes

Relator: Ver. Raimundo Pereira da Silva